

NOTÍCIAS / CAPITAL

01.07.2026 às 14:51

TCE-MS pede que Adriane Lopes explique situação da buraqueira em Campo Grande

Contratos se encerram em julho e Capital deve ficar um período sem o serviço em todas as regiões.

Redação

Correio do Estado



Através do conselheiro Osmar Domingues Jeronimo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) pede que a prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes (PP) dê uma explicação sobre a atual situação da "buraqueira" enfrentada pelo campo-grandense em quase toda a Capital.

Conforme o Tribunal, o município foi notificado hoje (1º de julho), através do ofício GAB.ODJ nº 11/2026, e deverá explicar quais providências estão sendo tomadas agora com o vencimento dos contratos voltados para manutenção da "buraqueira" na Cidade Morena.

Osmar Domingues Jeronimo identificou que esses contratos têm a vigência prevista até os próximos dias 24 e 31 de julho. Cabe destacar que, esses acordos foram firmados para garantir manutenção de pavimento asfáltico e pela recomposição de capa asfáltica e da estrutura das vias nas regiões do:

Anhanduizinho,
Bandeira,
Centro,
Imbirussu,

Lagoa,
Prosa e
Segredo

Relator da Capital, o conselheiro cobra esclarecimentos sobre como o Executivo de Campo Grande irá prosseguir para continuar ofertando soluções para os problemas de pavimentação na Cidade Morena.

"Para os motoristas de Campo Grande, os buracos deixaram de ser um incômodo pontual e se tornaram uma rotina de risco. O quadro piora nos dias de chuva, quando a água encobre as crateras e reduz a visibilidade, elevando o risco para motociclistas e pedestres, e chega a obrigar motoristas de ônibus a alterar rotas", cita o TCE-MS em nota.

Agora está em vigência o prazo que o Executivo da Capital possui para entregar respostas exigidas pelo Tribunal de Contas.

Entenda

Com os contratos prestes à vencer, e como um certame não leva menos de 30 dias para ser concluído, a próxima licitação para seguir com os serviços de tapa-buraco em Campo Grande preocupam, com o risco de regularização apenas a partir de agosto caso a concorrência flua sem maiores intercorrências.

Já a partir de sexta-feira, os contratos em vigor começam a perder a validade nas regiões Bandeira, Prosa, Centro e Imbirussu.

Para as regiões Lagoa e Segredo o contrato se encerra no dia 24 de julho, enquanto que no Anhanduizinho a extensão do acordo termina no dia 31 de julho. Entretanto, em quatro dessas localidades o serviço já está paralisado.

É o caso dos contratos com a Construtora Rial, - empresa da "mafia do tapa-buraco" que, como abordado no Correio do Estado, inclusive mudou de nome recentemente - que foi alvo da Operação Buraco Sem Fim do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Segundo repassado pela prefeitura, quando houve a operação, em 12 de maio, a própria empresa teria solicitado a paralisação dos serviços e, posteriormente, o município também decidiu pela suspensão do contrato.

Como repassado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), os contratos que devem ser publicados neste mês não serão de emergência, o que significa que seguirá os ritos normais de uma concorrência.

Em outras palavras, em caso de pregão eletrônico, o processo deve durar cerca de 40 dias, caso nenhuma das empresas interessadas no certame apresente recurso sobre o edital. Considerando um cenário otimista, em agosto esse processo deverá ser finalizado e as empresas poderão iniciar os trabalhos.

Como os contratos se encerram em julho, isso significa que a Capital deve ficar um período sem o serviço em todas as regiões, como adiantou o Correio do Estado na semana passada, já que a prefeitura afirmou que não vai prorrogar o prazo de nenhum dos acordos vigentes.

Ainda de acordo com a prefeitura, a ideia é que, além dos contratos convencionais, a gestão também utilize a fábrica de asfalto alugada pelo Consórcio Central-MS - que promete asfaltar uma rua inteira em dois dias - para o complemento do serviço na Capital.

Em meio a um período em que ruas e avenidas estão tomadas por buracos, e envolta ao escândalo que levou à prisão uma série de servidores públicos e um empreiteiro por conta de denúncia de supostos desvios nos contratos para os serviços de tapa-buracos na cidade, a prefeitura de Campo Grande homologou licitação que prevê investimento de R\$ 4,62 milhões na revitalização de ciclovias.

O valor máximo estipulado pela prefeitura no edital havia sido de R\$4.675.941,41. Por conta da baixa disputa, o valor final teve deságio inferior a 1,2%, com o certame reduzindo o valor para R\$4,620 milhões. O lote 01, o mais caro de todos, não tem um único centavo de deságio.

